

Plano de Saúde Ana Costa Ltda.

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente nº 243RC-092-PB

Em 31 de dezembro de 2023



Índice

| | |
|---|----|
| Relatório da Administração | 3 |
| Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis | 6 |
| Demonstrações contábeis | 9 |
| Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 e 2022 | 15 |

PLANO DE SAÚDE ANA COSTA LTDA

C.N.P.J. 02.864.364/0001-45

Relatório da Administração

Senhores Cotistas,

Em cumprimento às disposições estatutárias, legais e regulatórias, submetemos à apreciação dos senhores as Demonstrações Contábeis do Plano de Saúde Ana Costa Ltda. e o Relatório do Auditor Independente relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, comparado com o encerramento em 31 de dezembro de 2022.

Principais Resultados

O Plano de Saúde Ana Costa teve um crescimento na receita com operações de assistência à saúde de 10% comparado com 2022. As despesas assistenciais tiveram aumento de 3,6% comparado com 2022. Nos Eventos Indenizáveis Líquidos houve um acréscimo de 3,7% e a sinistralidade foi para 77,89% contra 83,60% em 2022. Neste ano apuramos Lucro Líquido de R\$ 4.429.897.

O ano de 2023, encerramos com 90.157 beneficiários, e no ano anterior com 92.333, um decréscimo de 2,4% na modalidade de assistência médica e odontológica, esse decréscimo se deu principalmente por inadimplência e endividamento.

A Operadora mantém seus compromissos financeiros rigorosamente em dia e não utilizou no exercício crédito de conta garantida, encerrando o ano com o índice de liquidez corrente de 2,02%.

Em cumprimento à legislação aplicável, que estabelecem as regras para as Garantias Financeiras, encerrou o exercício com suficiência nos Recursos Próprios Mínimos – Patrimônio Mínimo Ajustado e Margem de Solvência, Ativos Garantidores – Vínculo e Lastro e Provisões Técnicas – PEONA e PELS.

Política de destinação de lucros

Em conformidade com o Contrato Social, a distribuição de lucros é deliberada em Assembleia de Sócios, os resultados apurados em 2023 e 2022 foram revertidos 100% para reserva de lucros.

Investimentos

Em 2023, investimos na empresa controlada Hospital Ana Costa S.A., R\$ 31.731.518, e esse valor foi totalmente integralizado no capital social, correspondente a 43.899.975.884 (quarenta e três bilhões, oitocentos e oitenta e nove milhões, novecentos e setenta e cinco mil, oitocentos e oitenta e quatro) ações ordinárias, passando o percentual de participação de 78,30% para 73%, por conta de valores investidos pelo outro sócio.

O resultado da equivalência patrimonial proveniente da empresa controlada foi negativo em R\$ 33.708.173.

Recursos Humanos

Em 31 de dezembro de 2023, o Plano de Saúde Ana Costa contava com 116 colaboradores e 141 em 2022. As despesas com pessoal no exercício, totalizaram em R\$ 8.637.401 e representaram um decréscimo de 4,3% em comparação a 2022, e aproximadamente 2,7% do faturamento. Esse decréscimo ocorreu principalmente pela revisão de processos e rotinas, melhorias sistêmicas e interfaces com estrutura corporativa. Além dos gastos com salários e encargos obrigatórios, as despesas com pessoal incluem gastos com benefícios oferecidos pela organização a seus colaboradores como: assistência médica, vales refeição, alimentação e transporte, auxílio creche, uniformes e treinamentos internos e externos.

Perspectivas

Para 2024 o principal desafio será controlar os custos no setor. O aumento nos procedimentos médicos, além da abrangência de assistência multiprofissional, coberturas obrigatórias de tratamentos e tecnologias cada vez mais caras e complexas impactam diretamente na gestão financeira das operadoras

A busca incessante por eficiência, através de controles rigorosos, auditorias e ações direcionadas à redução de desperdício, é essencial para alcançar resultados positivos. Além disso, é fundamental incentivar programas de prevenção de doenças, visando não apenas a saúde dos beneficiários, mas também a contenção de custos a longo prazo.

O Plano de Saúde Ana Costa tem se dedicado incansavelmente para garantir a assistência de alta qualidade aos seus beneficiários, continuando a investir e aprimorar seus processos operacionais para melhorar ainda mais sua eficiência.

Na área comercial, a empresa tem como objetivo principal expandir suas vendas na região de atuação, adotando estratégias de incentivo e aumentando a visibilidade da marca.

Quanto à área assistencial, o foco permanece na melhoria da rede de atendimento, na inovação tecnológica e na promoção da saúde em Santos e nas demais cidades da Baixada Santista, através de investimentos contínuos e aprimoramento dos serviços oferecidos.

Continuidade Operacional

A Administração avaliou as Demonstrações Contábeis apresentadas em 31/12/2023, e verificou que há capacidade financeira em continuar no mercado e traçou novos projetos para o exercício seguinte.

Agradecimentos

O Plano de Saúde Ana Costa expressa profunda gratidão pela dedicação e empenho de seus colaboradores, pelo apoio contínuo dos prestadores e fornecedores, e pela confiança depositada pelos clientes e toda a alta administração, fundamentais para alcançar os resultados obtidos.

Santos, 27 de março de 2024.

A Diretoria

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Praia do Flamengo, 154 | 4º andar |
Botafogo - Rio de Janeiro | RJ | Brasil

T +55 21 3512.4100

Aos
Administradores e Quotistas da
Plano de Saúde Ana Costa Ltda.
Santos – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Plano de Saúde Ana Costa Ltda. (“Sociedade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Plano de Saúde Ana Costa Ltda. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada, “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

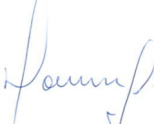
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade;

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional; e
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 27 de março de 2024

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-025.583/F-2



Marcio Romulo Pereira
Contador CRC 1RJ-076.774/O-7

Plano de Saúde Ana Costa Ltda
Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em reais)

| ATIVO | Nota | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|---|-------------|--------------------|--------------------|
| Ativo circulante | | 82.306.571 | 82.885.402 |
| Disponível | 4 | 1.740.633 | 1.590.592 |
| Realizável | | 80.565.938 | 81.294.811 |
| Aplicações financeiras | 5 | 74.484.175 | 76.575.531 |
| Aplicações garantidoras de provisões técnicas | | 39.159.146 | 35.224.578 |
| Aplicações livres | | 35.325.029 | 41.350.953 |
| Créditos de operações com planos de assistência à saúde | 6 | 3.771.076 | 3.107.562 |
| Contraprestação pecuniária a receber | | 3.438.264 | 2.799.195 |
| Participação de beneficiários em eventos indenizáveis | | 332.812 | 308.368 |
| Créditos tributários e previdenciários | 7 | 1.379.007 | 905.726 |
| Bens e títulos a receber | 8 | 646.752 | 476.410 |
| Despesas antecipadas | 9 | 284.928 | 229.582 |
| Ativo não circulante | | 88.051.530 | 93.514.409 |
| Realizável a longo prazo | 10 | 13.581.566 | 15.488.798 |
| Ativo fiscal diferido | 10-a | 3.532.070 | 5.575.613 |
| Depósitos judiciais e fiscais | 10-b | 9.209.613 | 9.913.186 |
| Outros créditos a receber a longo prazo | 10-b | 839.884 | - |
| Investimentos | 11 | 74.162.068 | 77.368.152 |
| Participações societárias avaliadas pelo método de equivalência patrimonial | | 45.127.225 | 47.576.006 |
| Participações societárias em redes assistencial | | 45.127.225 | 47.576.006 |
| Outros investimentos | | 29.034.843 | 29.792.146 |
| Imobilizado | 12 | 307.895 | 657.459 |
| Imóveis de uso próprio | | 153.838 | 194.614 |
| Imóveis - não hospitalares / odontológicos | | 153.838 | 194.614 |
| Direito de uso de arrendamentos | | 154.057 | 462.845 |
| Total do ativo | | 170.358.100 | 176.399.811 |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Plano de Saúde Ana Costa Ltda
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em reais)

| PASSIVO | Nota | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|--|-------------|--------------------|--------------------|
| Passivo circulante | | 37.663.787 | 39.093.581 |
| Provisões técnicas de operações de assistência à saúde | 13 | 32.143.720 | 33.056.151 |
| Provisões de contraprestações | | 9.765.159 | 8.894.758 |
| Provisão de contraprestação não ganha (PPCNG) | | 9.765.159 | 8.894.758 |
| Provisão de eventos a liquidar para SUS | | 2.678.527 | 2.663.755 |
| Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais | | 8.958.510 | 9.830.127 |
| Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA) | | 10.741.525 | 11.667.512 |
| Débitos de operações de assistência à saúde | 14 | 1.368.031 | 1.145.446 |
| Contraprestações a restituir | | 161.731 | 59.477 |
| Receita antecipada de contraprestações | | 621.337 | 624.082 |
| Comercialização sobre operações | | 584.964 | 461.887 |
| Tributos e encargos sociais a recolher | 15 | 2.537.794 | 3.033.554 |
| Débitos diversos | 16 | 1.614.242 | 1.858.430 |
| Passivo não circulante | | 9.882.961 | 11.452.648 |
| Provisões técnicas de operações de assistência à saúde | 13 | 4.935.355 | 5.723.395 |
| Provisão de eventos a liquidar para SUS | | 4.935.355 | 5.723.395 |
| Provisões | | 4.947.606 | 5.482.550 |
| Provisões para ações judiciais | 17 | 4.735.330 | 5.143.986 |
| Provisões para outras contingências | 17 | 212.276 | 338.564 |
| Débitos diversos | 16 | - | 246.703 |
| Patrimônio líquido | 18 | 122.811.352 | 125.853.582 |
| Capital social | 18-a | 25.106.551 | 25.106.551 |
| Reserva de lucros | 18-b | 92.477.203 | 95.047.307 |
| Transações entre acionistas | | 5.227.598 | 5.699.724 |
| Total do passivo | | 170.358.100 | 176.399.811 |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Plano de Saúde Ana Costa Ltda
Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em reais)

| | Nota | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|--|-------------|----------------------|----------------------|
| Contraprestações efetivas de planos de assistência à saúde | | 319.800.392 | 291.032.940 |
| Receitas com operações de assistência à saúde | | 324.075.051 | 294.601.816 |
| Contraprestações líquidas | | 324.075.051 | 294.601.816 |
| (-) Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da operadora | | (4.274.659) | (3.568.877) |
| Eventos indenizáveis líquidos | 19 | (252.415.480) | (243.297.892) |
| Eventos conhecidos ou avisados | | (253.341.467) | (244.436.760) |
| Variação da provisão de eventos ocorridos e não avisados | | 925.987 | 1.138.869 |
| Resultado das operações com planos de assistência à saúde | | 67.384.912 | 47.735.048 |
| Outras receitas operacionais de planos de assistência à saúde | 20 | 2.181.218 | 2.254.174 |
| Receitas de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora | 20 | 230.251 | 209.262 |
| Outras receitas operacionais | | 230.251 | 209.262 |
| Outras receitas (despesas) operacionais com planos de assistência à saúde | | (5.968.233) | (5.779.546) |
| Outras despesas de operações de planos de assistência à saúde | 22.1 | (3.634.534) | (3.717.294) |
| (Provisão) reversão para perdas sobre créditos | 22.2 | (2.333.699) | (2.062.253) |
| Resultado bruto | | 63.828.147 | 44.418.938 |
| Despesas de comercialização | | (5.399.396) | (3.438.899) |
| Despesas administrativas | 23 | (13.624.564) | (15.107.256) |
| Resultado financeiro líquido | 21 | 12.367.813 | 11.481.577 |
| Receitas financeiras | | 12.859.357 | 12.322.855 |
| Despesas financeiras | | (491.544) | (841.278) |
| Resultado patrimonial | 11 | (33.708.562) | (28.978.554) |
| Receitas patrimoniais | | - | 206.902 |
| Despesas patrimoniais | | (33.708.562) | (29.185.456) |
| Receita administrativa | | - | 45.000 |
| Resultado antes dos impostos e participações | | 23.463.438 | 8.420.806 |
| Imposto de renda corrente | 15 | (12.449.034) | (9.685.802) |
| Contribuição social corrente | 15 | (4.540.964) | (3.539.828) |
| Impostos diferidos | 15 | (2.043.543) | 586.799 |
| Resultado líquido do exercício | | 4.429.897 | (4.218.025) |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Plano de Saúde Ana Costa Ltda

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em Reais)

| | <u>Nota</u> | <u>Capital social</u> | <u>Reservas de lucros</u> | <u>Transações entre acionistas</u> | <u>Lucros acumulados</u> | <u>Total</u> |
|--|-------------|-----------------------|---------------------------|------------------------------------|--------------------------|--------------------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2021 | | 25.106.551 | 99.265.331 | 5.683.456 | - | 130.055.339 |
| Ganho na variação de percentual na part. invest. | 11 | - | - | 16.268 | | 16.268 |
| Resultado líquido do exercício | | - | - | - | (4.218.025) | (4.218.025) |
| Absorção de prejuízos com reservas de lucros | | - | (4.218.025) | - | 4.218.025 | - |
| Saldo em 31 de dezembro de 2022 | | 25.106.551 | 95.047.306 | 5.699.724 | - | 125.853.582 |
| Perda na variação de percentual na part. invest. | 11 | - | - | (472.126) | | (472.126) |
| Resultado líquido do exercício | | - | - | - | 4.429.897 | 4.429.897 |
| Constituição de reserva de lucros | | - | 4.429.897 | - | (4.429.897) | - |
| Juros s/ capital próprio distribuídos | 18.c | | (7.000.000) | | | (7.000.000) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2023 | | 25.106.551 | 92.477.203 | 5.227.597 | - | 122.811.352 |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Plano de Saúde Ana Costa Ltda

**Demonstração dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em Reais)**

| | <u>31/12/2023</u> | <u>31/12/2022</u> |
|--|-------------------------|---------------------------|
| Resultado líquido do exercício | 4.429.897 | (4.218.025) |
| Resultado Abrangente do Exercício | <u>4.429.897</u> | <u>(4.218.025)</u> |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Plano de Saúde Ana Costa Ltda

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em reais)

| | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|--|---------------------|---------------------|
| Fluxo de caixa das atividades operacionais | | |
| Lucro do exercício antes dos impostos | 23.463.438 | 8.420.806 |
| Ajustes para reconciliar o resultado ao caixa e equivalentes de caixa gerados (aplicados) pelas atividades operacionais | | |
| Depreciação e amortização | 313.117 | 427.285 |
| Provisão perda sobre créditos | 280.426 | 114.142 |
| Provisão (reversão) para ações judiciais e outras contingências | (534.944) | 968.795 |
| Resultado da equivalência patrimonial | 33.708.173 | 28.978.554 |
| Juros s/ passivo de arrendamento | 33.826 | 70.147 |
| Outros | (47.360) | 19.484 |
| Resultado ajustado | 57.216.676 | 38.999.214 |
| Variações nos ativos e passivos | | |
| Diminuição (aumento) nos ativos: | | |
| Aplicações financeiras | 2.091.356 | 11.567.978 |
| Contraprestações pecuniárias a receber | (654.561) | (408.127) |
| Créditos tributários | (473.281) | 687.754 |
| Bens e títulos a receber | (459.721) | 247.232 |
| Despesas antecipadas | 55.346 | (106.927) |
| Depósitos judiciais e fiscais | (136.311) | (1.489.150) |
| | 422.828 | 10.498.759 |
| Aumento (diminuição) nos passivos: | | |
| Ressarcimento SUS | (773.269) | (322.697) |
| Provisão para eventos a liquidar credenciados | (1.797.604) | (350.275) |
| Recebimento antecipado | (2.745) | 117.565 |
| Despesas comercial a liquidar | 123.077 | 149.128 |
| Débito com operadoras de planos de assistência à saúde | (346.441) | 5.514 |
| Tributos e contribuições | (495.760) | 1.317.463 |
| Outras exigibilidades de longo prazo | (280.529) | (151.037) |
| | (3.573.271) | 765.660 |
| Imposto de renda e contribuição social pagos | (16.989.998) | (13.225.630) |
| Caixa líquido gerado nas atividades operacionais | 37.076.234 | 37.038.004 |
| Fluxo de caixa das atividades de investimento | | |
| Adição de ativo imobilizado/intangível | (1.977) | (33.236) |
| Aumento de capital em controladas | (30.974.215) | (26.871.534) |
| Adiantamento para futuro aumento de capital | - | (9.584.809) |
| Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento | (30.976.192) | (36.489.579) |
| Fluxo de caixa das atividades de financiamento | | |
| Juros s/ capital próprio - JCP líquido do IR | (5.950.000) | - |
| Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento | (5.950.000) | - |
| Aumento do caixa e equivalentes de caixa | 150.041 | 548.425 |
| Saldos de caixa e equivalentes de caixa | | |
| No fim do exercício | 1.740.633 | 1.590.592 |
| No início do exercício | 1.590.592 | 1.042.167 |
| Aumento do caixa e equivalentes de caixa | 150.041 | 548.425 |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em Reais)

1. Contexto Operacional

O Plano de Saúde Ana Costa Ltda. (Sociedade ou Operadora) é uma sociedade civil de responsabilidade limitada, fundada em 23 de outubro de 1998, com fins lucrativos, com sede na Avenida Ana Costa, 468, e tem como finalidade a operação de planos privados de assistência à saúde, individual, familiar, coletivos e odontológicos, utilizando meios de execução exclusivo do credenciamento de terceiros.

As receitas provêm de venda de planos privados de assistência à saúde, representado por pessoas de natureza jurídica e física, vinculadas a contraprestações pecuniárias pré-estabelecidas e região de segmentação da carteira encontra-se em grupos de municípios, em Santos e cidades adjacentes.

A perspectiva da Sociedade é contribuir para as grandes mudanças necessárias ao sistema de saúde brasileiro, contemplando a educação dos clientes que utilizam os serviços de saúde; o monitoramento da eficiência dos prestadores de serviços médicos; a responsabilidade legal e ética dos integrantes de toda a cadeia produtiva da saúde suplementar; os modelos de remuneração vigentes; e a formação dos profissionais.

Em 31 de dezembro de 2023, a Sociedade era controlada indiretamente pela UnitedHealthCare International IV S.A.R.L, através do Polar II Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("Polar II") que detinha 100% do capital social da Amil Assistência Médica Internacional S.A. (controladora direta da Sociedade), tendo como controlador final a UnitedHealth Group Incorporated ("UHG"), companhia americana com ações negociadas na Bolsa de Nova York.

Em 22 de dezembro de 2023, foi celebrado o contrato de compra e venda de ações entre United Health Group através do Fundo de Investimento Polar II e o Sr. José Seripieri Filho. Em 06 de fevereiro de 2024, após a aprovação da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE para esta transação, o Sr. Jose Seripieri Filho assumiu o controle da Amil Assistência Médica Internacional e suas controladas diretas e indiretas, com a aquisição de 100% da participação no capital social total da Companhia.

2. Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar ("ANS"), com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76, alterada pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), quando referendados pela ANS e estão sendo apresentadas em conformidade com o modelo de publicação estabelecido na Resolução Normativa ANS 528/22.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em Reais)

Em decorrência do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), mas serão aplicáveis às operadoras de saúde somente quando aprovadas pela ANS. Destas normas apenas o CPC 50 – Contratos de seguros ainda não foi aprovado pela ANS até a data dessas demonstrações contábeis. No momento não é possível estimar quando a ANS irá aprovar este pronunciamento do CPC e, nem tampouco, se a utilização do mesmo será de forma prospectiva ou retrospectiva para a elaboração das demonstrações contábeis. Dessa forma, estas demonstrações contábeis não podem ser consideradas em conformidade com o conjunto de normas emitidas pelo CPC.

Conforme CPC 36 (R3), a Sociedade não está apresentando demonstrações contábeis consolidadas, em linha com o permitido pela legislação societária e considerando o seguinte: (i) a controladora é ela própria uma controlada integral da Amil Assistência Médica Internacional S.A. (“AMIL” ou “Controladora”); (ii) não possui instrumentos dívida ou patrimoniais negociados publicamente; (iii) não arquivou e nem está em processo de arquivamento de suas demonstrações contábeis junto à Comissão de Valores Mobiliários ou outro órgão regulador; e (iv) a controladora final (Amil) elabora e apresenta demonstrações contábeis consolidadas em conformidade com os Pronunciamentos do CPC.

A diretoria do Plano de Saúde Ana Costa, revisou, discutiu, aprovou e autorizou a publicação das demonstrações contábeis em reunião realizada em 27 de março de 2024, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data.

3 - Políticas Contábeis Materiais e Outras Informações Elucidativas

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação das demonstrações contábeis estão definidas a seguir, as quais vêm sendo aplicadas de modo consistente e uniforme em todos os exercícios apresentados.

3.1 Moeda Funcional e de Apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Operadora.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em Reais)

3.2 Uso de Estimativas e Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas e pronunciamentos do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As demonstrações incluem, portanto, estimativas referentes a provisões sobre créditos a receber, provisões técnicas, provisões para ações judiciais, tributos diferidos e outras similares. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

3.3 Instrumentos Financeiros

a) Ativos financeiros

Conforme descrito na nota explicativa nº 25, a Sociedade classifica seus ativos financeiros de acordo com a finalidade para qual foram adquiridos nas categorias 1) valor justo por meio do resultado e 2) custo amortizado.

Impairment de ativos financeiros - A Sociedade avalia no final de cada período se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Os prejuízos de impairment são incorridos como resultado de um ou mais eventos de perda ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos.

Mediante a avaliação da existência de evidência objetiva de perda por impairment, a Sociedade mensura a provisão, reduzindo o saldo contábil ao seu valor recuperável e reconhecendo o valor da provisão na demonstração do resultado.

Se num período subsequente, o valor da perda por impairment diminuir e essa diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o impairment ser reconhecido, a reversão da perda por impairment será reconhecida na demonstração do resultado consolidado.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados na categoria de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

A Sociedade baixa seus passivos financeiros somente quando as suas obrigações são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado do exercício.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em Reais)

c) Instrumentos financeiros derivativos

A Sociedade contrata instrumentos financeiros derivativos somente para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda, não realizando qualquer outra operação de derivativos ou de caráter especulativo. Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 não há operações com instrumentos financeiros derivativos.

3.4 Aplicações Financeiras Garantidoras de Provisões Técnicas

A Sociedade mantém aplicações financeiras garantidoras, vinculadas e lastreadas a provisões técnicas, cuja movimentação segue regras estabelecidas pela ANS (vide nota explicativa nº 5).

3.5 Aplicações Financeiras Livres

Incluem aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. São classificadas na categoria “ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”.

As aplicações financeiras não lastreadas ao fundo garantidor ANS, são de livre movimentação financeira, estão demonstradas ao custo, acrescidos dos rendimentos apropriados até a data do balanço (vide nota explicativa nº 5).

3.6 Créditos a Receber com Operações de Assistência à Saúde

As contraprestações pecuniárias a receber são registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, em contrapartida à conta de resultado de contraprestações de operações de planos de assistência à saúde (vide nota explicativa nº 6).

3.7 Provisão para Perdas Esperadas sobre Créditos

Em relação aos créditos foram constituídas provisões sobre a totalidade dos créditos contratuais de planos individuais e coletivos que apresentaram parcelas vencidas. A Sociedade adotou o critério da constituição da provisão para possíveis perdas em seus créditos de contraprestações pecuniárias a receber, considerando (vide nota explicativa nº 6):

Contraprestações pecuniárias a receber

I – O montante dos créditos cuja inadimplência supere 60 (sessenta) dias, para os casos que correspondem a operações com planos individuais de assistência à saúde;

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em Reais)**

II – O montante dos créditos, cuja inadimplência supere 90 (noventa) dias, para os casos que correspondem a operações de planos coletivos de assistência à saúde.

3.8 Créditos Tributários

Os valores retidos de imposto de renda na fonte sobre resgates de aplicações financeiras que ocorreram no ano de 2023, serão utilizados como saldos negativos de IRPJ a partir do ano de 2024, para compensação de valores devidos nas apurações mensais e anuais. (vide nota explicativa nº 7).

3.9 Investimentos

A participação em sociedade controlada é avaliada pelo método da equivalência patrimonial, haja vista a existência de influência significativa sobre ela.

3.10 Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment), se for o caso. A depreciação é calculada pelo método linear com base nas vidas úteis estimadas dos bens, as taxas são mencionadas na nota explicativa nº 12.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

3.11 Arrendamentos

A Sociedade aplicou inicialmente o CPC 06 (R2) (IFRS 16) a partir de 1º de janeiro de 2022, conforme aprovação da ANS.

No início de um contrato, a Sociedade avalia se o mesmo é ou inclui um arrendamento. Quando aplicável reconhece os direitos de uso dos ativos arrendados e os passivos para o fluxo futuro dos contratos celebrados, pelo fato de serem eles que transmitem o direito de obter os benefícios sobre o uso de ativo identificado por um período de tempo em troca de aluguéis ou contraprestações.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em Reais)

Nos casos aplicáveis um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento são reconhecidos na data de início do arrendamento. E nos casos aplicáveis também é reconhecido uma estimativa de custos para restauração a serem incorridos para desmontagem na entrega do ativo às condições requeridas pelos termos do contrato de arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é depreciado pelo método linear a partir da data de início até o final do prazo do arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros incremental calculada pela Sociedade. A taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao captar recursos por prazo e garantia semelhantes.

A sociedade possui operação de arrendamento de imóvel. O prazo do arrendamento é negociado individualmente e contém uma ampla gama de termos e condições diferentes.

3.12 Provisões Técnicas de Operações de assistência à saúde

Constituídas de acordo com pronunciamentos emitidos pela ANS, estas provisões são representadas pela Provisão de Contraprestação Não Ganha (PCNG), constituída pela parcela de contraprestação referente ao período de risco a decorrer no mês de competência; Provisão de Eventos a Liquidar (PESL), calculada com base nas faturas de prestadores de serviços de assistência à saúde recebidas pela operadora. Inclui o ressarcimento ao Sistema Único de Saúde (SUS); Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA), calculada com base em metodologia diferenciada, consubstanciada em nota técnica atuarial ou com base em metodologia estabelecida pela ANS; Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA) – SUS e Provisão para Insuficiência de Prêmios/Contraprestações (PIC), essas duas últimas provisões constituídas com base em metodologia estabelecida pela ANS. Nos anos de 2023 e 2022, não foram necessárias a constituição da PIC pela Sociedade, conforme RN 476/21 (vide nota explicativa nº 11).

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em Reais)**

3.13 Provisões para Ações Judiciais

A Sociedade reconhece provisão para ações judiciais tributárias, cíveis, regulatórias e trabalhistas, conforme descrito na nota explicativa nº17. Estas provisões são registradas somente quando a possibilidade de perda for considerada provável pela diretoria jurídica da Sociedade. O registro das provisões para ações judiciais ocorre quando o valor da perda puder ser razoavelmente estimado. Por sua natureza, as provisões para ações judiciais serão resolvidas quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Sociedade, o que dificulta a realização de estimativas precisas acerca da data em que tais eventos serão verificados. Avaliar tais passivos, particularmente no incerto ambiente legal brasileiro, bem como em outras jurisdições envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros.

3.14 Receitas Antecipada de Contraprestação

Basicamente, contraprestações emitidas e pagas antecipadamente ao seu período de cobertura. Este passivo está representado pela obrigação de prestar e caso não se concretize, pela devolução do dinheiro recebido.

3.15 Tributos correntes e diferidos

a) Tributos correntes

A provisão para os tributos sobre a renda está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, pois é ajustado por adições e exclusões, conforme determinado pela legislação fiscal vigente.

O imposto de renda é calculado a alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido e 10% sobre a parcela do mencionado lucro excedente a R\$ 240 mil no exercício. A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável.

A provisão e a despesa do imposto de renda e contribuição social corrente é calculada com base na legislação tributária brasileira em vigor, promulgada até a data de encerramento do exercício, cujo efeitos devam ser refletidos nesse mesmo exercício.

A administração avalia periodicamente a legislação tributária em vigor, submetendo-a às melhores técnicas interpretativas e decisões internas sobre procedimentos e pagamentos às autoridades fiscais.

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em Reais)**

b) Tributos diferidos

Os tributos diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis e as bases fiscais usadas na apuração do lucro tributável, quando aplicável.

Os tributos diferidos são mensurados pelas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório. Os tributos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto os tributos diferidos ativos são registrados em decorrência das diferenças temporárias dedutíveis, sempre que Sociedade tiver expectativa de lucro tributável futuro, em montante suficiente para utilização das diferenças temporárias dedutíveis e/ou compensação de prejuízos fiscais.

A recuperação do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada no final de cada período do relatório conforme disposições e critérios contidos no CPC 32.

A mensuração dos tributos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Sociedade espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

c) Tributos sobre a renda correntes e diferidos

Os tributos correntes e diferidos sobre a renda são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados a registros em outros resultados abrangentes ou patrimônio líquido, caso em que seguem o mesmo critério de reconhecimento contábil. Especificamente, no caso de uma combinação de negócios, quando aplicável, o efeito é considerado na contabilização da combinação de negócios.

Os detalhes estão divulgados nas notas explicativas nº 10 e 15.

3.16 Apuração do Resultado

As receitas com serviços prestados englobam as contraprestações provenientes das operações com planos de assistência à saúde e o atendimento médico-hospitalar a particulares e beneficiários de outros convênios. Estas receitas são reconhecidas na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação, excluindo descontos, abatimentos e tributos ou encargos sobre as vendas. As receitas com as contraprestações são apropriadas pelo valor correspondente ao rateio diário – pro rata dia – do período de cobertura individual de cada contrato, a partir do primeiro dia de cobertura. As receitas com atendimento médico-hospitalar a terceiros são apropriadas pelo regime de competência.

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em Reais)**

Os custos com serviços prestados englobam os eventos indenizáveis, serviços médico-hospitalares e odontológicos prestados pela rede credenciada aos beneficiários dos planos de assistência à saúde comercializados pela Sociedade e os custos com a operação da rede própria de assistência médico-hospitalar. Os eventos indenizáveis são reconhecidos com base no valor das faturas apresentadas pela rede credenciada. Como parte destas faturas não são apresentadas dentro do período da sua competência, os eventos ocorridos e não avisados são registrados mediante constituição de provisão. Os custos com a rede própria são reconhecidos no resultado quando incorridos.

3.18 Teste de Adequação de Passivo – TAP

Nos exercícios de 2023 e 2022, não houve a obrigatoriedade de publicação do Teste de Adequação de Passivo (TAP), pois, a Sociedade está classificada em médio porte. Somente estão obrigadas a evidenciar a realização anual do TAP – Teste de Adequação de Passivo nas Notas Explicativas as operadoras de grande porte, conforme Resoluções Normativas – nº 435/18 e 528/22 da ANS.

3.19 Novas normas contábeis emitidas e/ou revisadas

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis, estão descritas a seguir. A Sociedade pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor:

- Alterações à IFRS 10/CPC 36 (R3) e à IAS 28/CPC 18 (R2) Venda ou Contribuição na forma de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Controlada em Conjunto;
- Alterações à IAS 1 / CPC 26 (R1) Classificação do Passivo como Circulante ou Não Circulante;
- Alterações à IAS 1 Passivo Não Circulante com Covenants;
- Alterações à IAS 7 e à IFRS 7 Acordos de Financiamento de Fornecedores;
- Alterações à IFRS 16 Passivo de arrendamento em uma transação de “Sale and Leaseback”.

A Sociedade não adotou antecipadamente essas normas na preparação destas demonstrações contábeis.

Plano de Saúde Ana Costa Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em Reais)

Normas ANS

Norma que entraram em vigor em 2023

Resolução Normativa nº 573 de 28 de fevereiro de 2023

Resolução Normativa nº 573/2023 (“RN nº 573/2023”) altera a Resolução Normativa nº 519, de 29 de abril de 2022 e a Resolução Normativa nº 521, de 29 de abril de 2022. Dispõe sobre aceitação, registro, vinculação, custódia, movimentação e limites de alocação e de concentração na aplicação dos ativos garantidores das operadoras no âmbito do sistema de saúde suplementar.

Resolução Normativa nº 574 de 28 de fevereiro de 2023

Resolução Normativa ANS nº 574/2023 (“RN nº 574/2023”) de 28 de fevereiro de 2023, estabeleceu novos critérios para constituição de Provisões Técnicas a serem observados pelas Operadoras de Planos Privados de Assistência à Saúde.

Norma que entrará em vigor em 2024

Resolução Normativa nº 594 de 20 de dezembro de 2023

Altera a Resolução Normativa ANS nº 527, de 29 de abril de 2022; a Resolução Normativa ANS n.º 528, de 29 de abril 2022; a Resolução Normativa ANS nº 569, de 19 de dezembro de 2022; a Resolução Normativa nº 523, de 29 de abril de 2022; a Resolução Normativa nº 522, de 29 de abril de 2022; e a Resolução Normativa nº 518, de 29 de abril de 2022, que retratam assuntos diversos a serem aplicados pelas operadoras de Planos de Saúde Suplementar.

Resolução Normativa nº 597 de 16 de janeiro de 2024

A Resolução Normativa ANS nº 597/2024 irá estabelecer novos critérios para constituição de Provisões Técnicas ligadas a PEONA SUS, reduzindo de 80% para 66% do total de eventos avisados nos últimos vinte e quatro meses, referentes aos procedimentos realizados na rede assistencial do Sistema (SUS), a serem observados pelas Operadoras de Planos Privados de Assistência à Saúde, trazendo uma redução de custos para a Companhia que altera a Resolução Normativa n.º 574, de 28 de fevereiro de 2022.

Plano de Saúde Ana Costa Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em Reais)

Reforma Tributária no Brasil

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) nº 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”) sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares (“LC”), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi criado um Imposto Seletivo (“IS”) – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos das LC.

A Sociedade está em processo de avaliação de potenciais impactos da citada reforma tributária.

4 - Disponibilidades

| | <u>31/12/2023</u> | <u>31/12/2022</u> |
|--------------------------------------|-------------------------|-------------------------|
| Caixa e equivalentes de caixa | | |
| Caixa | 1.050 | 771 |
| Bancos conta movimento | 24.976 | 177.085 |
| Aplicações de Liquidez Imediata (i) | 1.714.607 | 1.412.736 |
| Total | <u>1.740.633</u> | <u>1.590.592</u> |

- (i) As aplicações financeiras em fundos de investimento aberto são realizadas de acordo com a política de investimentos definida pela Administração. Estão sujeitas a variações nas taxas de juros do mercado financeiro, ao risco de crédito de seus emissores, e estão indexadas à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). O valor de mercado das quotas destes investimentos financeiros foi apurado com base nos valores de quotas destes fundos, informados pelos administradores dos respectivos fundos. Em 2023 o rendimento das aplicações financeiras da Sociedade ficou na média de 85% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), igualmente ao ano de 2022.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em Reais)

5 – Aplicações Financeiras

| | <u>31/12/2023</u> | <u>31/12/2022</u> |
|---|--------------------------|--------------------------|
| Aplicações livres | | |
| Fundo de investimento aberto (i) | <u>35.325.029</u> | <u>41.350.953</u> |
| Aplicações garantidoras de provisões técnicas Vinculadas | | |
| Fundo exclusivo (ii) | <u>39.159.146</u> | <u>35.224.578</u> |
| Total | <u><u>74.484.175</u></u> | <u><u>76.575.531</u></u> |

- (i) As aplicações financeiras em fundos de investimento aberto são realizadas de acordo com a política de investimentos definida pela Administração. Estão sujeitas a variações nas taxas de juros do mercado financeiro, ao risco de crédito de seus emissores, e estão indexadas à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). O valor de mercado das quotas destes investimentos financeiros foi apurado com base nos valores de quotas destes fundos, informados pelos administradores dos respectivos. Em 2023 o rendimento das aplicações financeiras da Sociedade ficou em média 95,39% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Em 2022, 109,6% do CDI.
- (ii) Fundo de investimento restrito às empresas do grupo UHG. Estes fundos aplicam seus recursos quotas de outros fundos de renda fixa, administrados pelos bancos gestores, em 2023 o rendimento das aplicações financeiras da Sociedade ficou em média 101,46% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Em 2022, 110,15% do CDI.

De acordo com as regras estabelecidas pela RN ANS nº 573/23, a Sociedade constituiu ativos garantidores em favor da ANS com aplicações financeiras. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, essas aplicações financeiras são compostas por quotas de fundos de investimento dedicados ao setor de saúde suplementar. Os ativos garantidores foram constituídos em montante suficiente como determinado pela ANS.

Aplicações financeiras não vinculadas classificadas como garantidoras das provisões técnicas para atender necessidade de lastro, conforme RN ANS nº 462/20, 521/22 e 573/23. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, essas aplicações financeiras são compostas por quotas de fundo de investimento aberto. Os ativos garantidores foram constituídos em montante suficiente como determinado pela ANS.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em Reais)

6 – Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde

O saldo deste grupo de contas refere-se a valores a receber dos conveniados dos planos de saúde, conforme segue:

| | <u>31/12/2023</u> | <u>31/12/2022</u> |
|-------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Planos médico-hospitalares | | |
| Planos Coletivos | 1.830.017 | 1.706.254 |
| Planos Individuais | 2.285.314 | 1.777.908 |
| Co-participação | 335.088 | 310.560 |
| Subtotal | 4.450.419 | 3.794.722 |
| Planos Odontológicos | | |
| Planos Coletivos | 316 | 296 |
| Planos Individuais | 2.761 | 3.917 |
| Subtotal | 3.077 | 4.213 |
| Total | 4.453.496 | 3.798.935 |
| Provisão para perdas sobre créditos | (682.420) | (691.373) |
| Total Líquido | 3.771.076 | 3.107.562 |

A composição dos valores a receber por idade de vencimento é conforme segue:

| | <u>31/12/2023</u> | <u>31/12/2022</u> |
|--------------------|-------------------|-------------------|
| A vencer | 835.555 | 740.360 |
| Vencidos | | |
| Até 30 dias | 2.507.636 | 2.000.699 |
| De 31 a 60 dias | 545.047 | 445.036 |
| De 61 a 90 dias | 188.184 | 138.887 |
| Há mais de 90 dias | 377.074 | 473.954 |
| Subtotal | 3.617.941 | 3.058.575 |
| Total | 4.453.496 | 3.798.935 |

Plano de Saúde Ana Costa Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em Reais)

Movimentação da provisão:

| | <u>31/12/2023</u> | <u>31/12/2022</u> |
|--------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Saldos no início do exercício | 691.373 | 769.956 |
| Constituições | 8.538.660 | 9.395.779 |
| Reversões | (8.547.613) | (9.474.361) |
| Saldos no fim do exercício | 682.420 | 691.373 |

7 – Créditos Tributários

| | <u>31/12/2023</u> | <u>31/12/2022</u> |
|-----------------------------------|-------------------|-------------------|
| INSS | 7.557 | 7.557 |
| IRPJ e CSLL | 66.279 | 50.396 |
| Saldo Negativo de IRPJ e CSLL (i) | 785.844 | 847.772 |
| PIS e COFINS Diferidos (ii) | 519.327 | - |
| Total | 1.379.007 | 905.726 |

(i) Saldo Negativo de IRPJ a compensar referente a IRRF de aplicações financeiras não compensadas ao longo do ano;

(ii) Créditos de PIS e COFINS sobre o saldo das contas contábeis de eventos a liquidar.

8 – Bens e títulos a receber

| | <u>31/12/2023</u> | <u>31/12/2022</u> |
|------------------------|-------------------|-------------------|
| Notas promissórias | 2.030.043 | 1.542.914 |
| Cheques em cobrança | 143.548 | 143.548 |
| Estoque | 399 | - |
| Acordo judicial | 278.948 | 280.339 |
| PPSC | (1.940.725) | (1.651.346) |
| Subtotal | 512.214 | 315.456 |
| Adiantamentos diversos | 64.845 | 49.589 |
| Outros créditos | 69.693 | 111.365 |
| Subtotal | 134.538 | 160.954 |
| Total | 646.752 | 476.410 |

Plano de Saúde Ana Costa Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em Reais)

Movimentação da provisão:

| | <u>31/12/2023</u> | <u>31/12/2022</u> |
|--------------------------------------|-------------------------|-------------------------|
| Saldos no início do exercício | 1.651.346 | 1.458.621 |
| Constituições | 19.928.431 | 17.198.555 |
| Reversões | <u>(19.639.051)</u> | <u>(17.005.830)</u> |
| Saldos no fim do exercício | <u>1.940.725</u> | <u>1.651.346</u> |

9 – Despesas Antecipadas

| | <u>31/12/2023</u> | <u>31/12/2022</u> |
|--------------------------|-----------------------|-----------------------|
| Prêmios de Seguros | 9.261 | 13.230 |
| Software | 145.493 | 82.018 |
| Assistência Odontológica | 3.106 | 2.902 |
| Benefícios a Apropriar | 110.628 | 99.096 |
| Despesas diversas | <u>16.440</u> | <u>32.336</u> |
| Total | <u>284.928</u> | <u>229.582</u> |

10 – Realizável a Longo Prazo

10-A Ativo fiscal diferido e provisões para tributos diferidos

| | <u>31/12/2023</u> | <u>31/12/2022</u> |
|---|-------------------------|-------------------------|
| Provisão para Contingências | 1.610.012 | 1.748.955 |
| Provisão para perdas sobre créditos | 891.869 | 796.524 |
| Provisão de Eventos a Liquidar para o SUS | 982.873 | 2.966.743 |
| Outros ativos fiscais diferidos | <u>24.487</u> | <u>63.390</u> |
| Total ativo fiscal diferido | <u>3.532.070</u> | <u>5.575.613</u> |
| Refletido no balanço patrimonial da seguinte forma: | | |
| IRPJ diferido | 2.597.110 | 4.099.715 |
| CSLL diferida | <u>934.960</u> | <u>1.475.898</u> |
| | <u>3.532.070</u> | <u>5.575.613</u> |

Plano de Saúde Ana Costa Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em Reais)

A Administração da Sociedade elabora estudo técnico, ao final de cada exercício social, de realização futura do ativo fiscal diferido. Anualmente esse estudo sofre atualizações, considerando a capacidade provável de geração de lucros tributáveis no contexto das principais variáveis de seus negócios. De acordo com estas projeções, estima-se que o ativo referente ao imposto de renda e a contribuição social diferidos será realizado nos seguintes prazos:

Vencimentos

| | |
|----------------|------------------|
| 2024 | 707.675 |
| 2025 | 707.675 |
| 2026 | 766.633 |
| 2027 | 95.814 |
| 2028 | 95.814 |
| 2029 em diante | 1.158.459 |
| | 3.532.070 |

10-B Depósitos judiciais e outros créditos

| | <u>31/12/2023</u> | <u>31/12/2022</u> |
|---------------------------------------|-------------------------|-------------------------|
| Multas Administrativas - ANS (i) | 1.080.984 | 1.080.984 |
| Cíveis | 3.064.122 | 2.970.825 |
| Trabalhistas | 129.152 | 137.981 |
| Eventos (SUS) (i) | 4.935.355 | 5.723.395 |
| Bloqueio de valor para ordem judicial | 839.884 | - |
| Total | <u>9.209.613</u> | <u>9.913.186</u> |

- (i) Depósitos judiciais relacionados às multas administrativas impostas em nosso desfavor pela ANS, e processos decorrentes do ressarcimento de despesas do SUS, no eventual atendimento de seus beneficiários que estejam cobertos pelos respectivos planos.

11 – Investimento

| | <u>31/12/2023</u> | | | | <u>31/12/2022</u> | | | |
|---|-------------------|-------------------------------|------------------------------------|--------------------------------|-------------------|-------------------------------|------------------------------------|--------------------------------|
| | <u>Resultado</u> | <u>Patrimônio líquido (i)</u> | <u>Participação no capital (%)</u> | <u>Participação no capital</u> | <u>Resultado</u> | <u>Patrimônio líquido (i)</u> | <u>Participação no capital (%)</u> | <u>Participação no capital</u> |
| Participações societárias em rede assistencial Hospital Ana Costa | (42.680.510) | 90.845.238 | 73,00 | 74.162.068 | (37.645.837) | 90.551.532 | 78,30 | 77.368.152 |
| Total | | | | <u>74.162.068</u> | | | | <u>77.368.152</u> |

Plano de Saúde Ana Costa Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em Reais)

(i) O valor do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2023 inclui adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC de R\$ 29.034.843 (2022 - AFAC de R\$ 29.792.146).

A movimentação dos saldos de investimentos da Sociedade para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 está demonstrada a seguir:

| | Aumento de 31/12/2022 Capital (iii) | Adiantamento para futuro aumento de Capital (ii) | Equivalência Patrimonial (i) | Ganhos/Perdas com Investimento Controlada | 31/12/2023 | |
|---------------------------|---|---|------------------------------------|--|------------|------------|
| Investimento | | | | | | |
| Participações societárias | | | | | | |
| Hospital Ana Costa S.A. | 77.368.152 | 31.731.518 | (757.303) | (33.708.173) | (472.126) | 74.162.068 |

| | Aumento de 31/12/2021 Capital (iii) | Adiantamento para futuro aumento de Capital (ii) | Equivalência Patrimonial (i) | Ganhos/Perdas com Investimento Controlada | 31/12/2022 | |
|---------------------------|---|---|------------------------------------|--|------------|------------|
| Investimento | | | | | | |
| Participações societárias | | | | | | |
| Hospital Ana Costa S.A. | 69.874.095 | 26.871.534 | 9.584.809 | (28.978.554) | 16.268 | 77.368.152 |

- (i) Resultado da equivalência patrimonial está registrado na rubrica “Resultado patrimonial” na Demonstração do Resultado do Exercício, em atendimento ao plano de contas da ANS, totalizando o resultado negativo de R\$ 33.708.173 em 2023 (R\$ 28.978.554 de equivalência patrimonial em 2022);
- (ii) Os valores são adiantamentos para futuro aumento de capital na Investida Hospital Ana Costa S.A. que foram parcialmente integralizados em 2023;
- (iii) No ano 2023, o aporte de capital foi de R\$ 31.731.518, totalizando em ações ON de 43.899.975.884, e sua participação na investida de 73%, conforme os boletins de subscrição das assembleias geral extraordinária realizadas em 27/04/2023 e 21/12/2023.

No ano de 2022 o aporte de capital foi de R\$ 26.871.534, por conta de capitalizações de adiantamentos para futuro aumento de capital (AFAC) e participação na investida de 78,30%, com um total de ações ON de 28.062.753.187, aprovado na assembleia geral extraordinária realizada em 14/12/2022.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em Reais)

12 – Imobilizado

| | Taxa de depreciação anual (%) | 31/12/2023 31/12/2022 | | | |
|---|-------------------------------|-----------------------|------------------------------------|----------------|----------------|
| | | Custo | Depreciação/ Amortização acumulada | Líquido | Líquido |
| Imobilizado - não hospitalares / odontológicos | | | | | |
| Instalações (i) | 10,00 | 91.255 | (10.798) | 80.457 | 91.255 |
| Sistema de Comunicação (i) | 10,00 | 16.929 | (2.138) | 14.791 | 16.929 |
| Máquinas e Equipamentos (i) | 10,00 | 19.910 | (4.138) | 15.711 | 19.910 |
| Equipamentos de informática (ii) | 20,00 | 59.400 | (23.199) | 35.925 | 59.400 |
| Móveis e utensílios (i) | 10,00 | 9.098 | (2.092) | 6.954 | 7.121 |
| Direito de uso arrendamento | | 846.523 | (795.933) | 154.057 | 462.845 |
| Total | | 1.043.114 | (838.297) | 307.895 | 657.459 |

A depreciação e amortização são calculadas pela taxa de vida útil estimada de (i) 10% a.a. para máquinas e equipamentos não hospitalares, móveis e utensílios, instalações, sistemas de comunicação e outras imobilizações; e (ii) para equipamentos de informática a taxa de vida útil estimada de 20% a. a.

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a Administração da Operadora não constatou a necessidade de contabilização de provisão para perdas sobre esses ativos (“impairment”).

Movimentação do Imobilizado:

| | Instalações | Equipamentos, máquinas, móveis e utensílios | Sistemas de Comunicação | Software | Direito de uso arrendamento | Total |
|------------------------|---------------|---|-------------------------|--------------|-----------------------------|----------------|
| 31/12/2021 | 91.938 | 87.909 | 19.068 | 6.069 | - | 204.985 |
| Adoção inicial (ativo) | - | - | - | - | 846.523 | 846.523 |
| Adições | 10.060 | 29.245 | - | - | - | 39.306 |
| Transferência | - | - | - | (6.069) | - | (6.069) |
| Depreciação | (10.744) | (30.726) | (2.138) | - | (383.678) | (427.286) |
| 31/12/2022 | 91.255 | 86.429 | 16.929 | - | 462.845 | 657.458 |
| Adições | - | 1.977 | - | - | 135.627 | 137.605 |
| Baixas | - | (389) | - | - | (173.662) | (174.051) |
| Depreciação | (10.798) | (29.428) | (2.138) | - | (270.753) | (313.117) |
| 31/12/2023 | 80.457 | 58.589 | 14.791 | - | 154.057 | 307.894 |

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em Reais)

13 – Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

13-A – Provisões técnicas

| | <u>31/12/2023</u> | <u>31/12/2022</u> |
|--|--------------------------|--------------------------|
| Provisão de contraprestação não ganha (i) | 9.765.159 | 8.894.758 |
| Provisão de eventos a liquidar SUS (ii) | 7.613.882 | 8.387.150 |
| Provisão de eventos a liquidar outros (iii) | 8.958.510 | 9.830.127 |
| Provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA) (iv) | 9.423.913 | 10.284.981 |
| Provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA-SUS) (v) | 1.317.612 | 1.382.531 |
| Total | <u>37.079.075</u> | <u>38.779.547</u> |
| Circulante | 32.143.720 | 33.056.151 |
| Não Circulante | 4.935.355 | 5.723.395 |
| Total | <u>37.079.075</u> | <u>38.779.547</u> |

(i) Para que a Sociedade demonstre suas receitas pelo regime de competência, o montante referente ao faturamento de períodos subsequentes é contabilizado no passivo, na conta provisão de contraprestação não ganha (PPCNG), em contrapartida do resultado;

(ii) Provisão técnica das operadoras de planos privados de assistência à saúde, cuja obrigação legal é de restituir as despesas do Sistema Único de Saúde – SUS, no eventual atendimento dos beneficiários que estejam cobertos pelos respectivos planos. A Sociedade realiza depósitos judiciais relacionados a esta provisão;

(iii) Provisão para garantia de eventos já ocorridos, avisados pelo prestador ou beneficiário e ainda não pagos, cujo registro contábil é realizado pelo valor integral informado no momento da cobrança à operadora;

(iv) Provisão técnica PEONA para fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido avisados, de constituída com base em cálculo atuarial aprovado pela ANS;

(v) Provisão técnica PEONA SUS o valor provisionado refere-se à estimativa do montante de eventos originados na rede do SUS, que tenham ocorrido e que ainda não tenham sido avisados à operadora.

Plano de Saúde Ana Costa Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em Reais)

Movimentação das provisões técnicas – circulante e não circulante

| | Provisão de contraprestação não ganha | Circulante Provisão de eventos a liquidar para o sus e para outros prestadores de serviços assistenciais | Provisão de eventos ocorridos e não avisados | Total curto prazo | Não circulante Provisão de eventos a liquidar para o sus e parcelamento sus | Total geral |
|-----------------------------|---|--|---|----------------------|---|-------------------|
| Saldos em 31/12/2021 | 8.644.481 | 12.278.260 | 12.806.381 | 33.729.124 | 5.723.395 | 39.452.519 |
| Constituições | 447.873.010 | 127.216.205 | 2.321.676 | 577.410.887 | - | 577.410.887 |
| Reversões | (446.423.290) | (8.609.680) | (3.460.545) | (458.493.515) | - | (458.493.515) |
| Baixas/Pagamentos | (1.199.443) | (118.390.902) | - | (119.590.345) | - | (119.590.345) |
| Saldos em 31/12/2022 | 8.894.758 | 12.493.882 | 11.667.512 | 33.056.151 | 5.723.395 | 38.779.547 |
| Constituições | 436.401.826 | 251.189.099 | 1.265.871 | 688.856.795 | - | 688.856.795 |
| Reversões | (434.988.883) | (5.244.490) | (2.191.858) | (442.425.232) | - | (442.425.232) |
| Baixas/Pagamentos | (542.542) | (246.801.454) | - | (247.343.996) | (788.040) | (248.132.036) |
| Saldos em 31/12/2023 | 9.765.159 | 11.637.037 | 10.741.525 | 32.143.720 | 4.935.355 | 37.079.075 |

13-B – Garantias das provisões técnicas

Os recursos garantidores vinculados das provisões técnicas da Sociedade estão aplicados de acordo com as determinações contidas na legislação vigente e estão compostos por:

| | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|--|---------------------|---------------------|
| Ativos Garantidores | | |
| Depósitos judiciais - SUS / multas ANS | 6.016.339 | 6.804.379 |
| Aplicações financeiras vinculadas e lastreadas | 39.159.146 | 35.224.578 |
| Ressarcimento ao SUS | 373.007 | 274.394 |
| Débitos Pendentes Vencidos há mais de 5 anos | 830.311 | 2.307.920 |
| Total | 46.378.804 | 44.611.272 |
| Provisões Técnicas | | |
| PEONA | (10.741.525) | (11.667.512) |
| Eventos a Liquidar avisados há mais de 60 dias | (123.373) | (857.972) |
| Total | (10.864.898) | (12.525.485) |
| Suficiência de vínculo dos ativos garantidores vinculados | 35.513.906 | 32.085.787 |
| Eventos a Liquidar avisados até 60 dias | (16.449.018) | (17.359.305) |
| Suficiência de vínculo dos ativos garantidores lastreados | 19.064.888 | 14.726.482 |

Plano de Saúde Ana Costa Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em Reais)

14 – Débitos de Operações de Assistência à Saúde

| | <u>31/12/2023</u> | <u>31/12/2022</u> |
|--|-------------------------|-------------------------|
| Contraprestações a Restituir | 161.731 | 59.477 |
| Receita Antecipada de Contraprestações | 621.337 | 624.082 |
| Débitos de Comercialização sobre Operações | 584.964 | 461.887 |
| Total | <u>1.368.031</u> | <u>1.145.446</u> |

15 – Tributos e encargos sociais correntes

| | <u>31/12/2023</u> | <u>31/12/2022</u> |
|---------------------|-------------------------|-------------------------|
| IRPJ e CSLL | - | 1.568.910 |
| ISS | 498.122 | 456.947 |
| INSS e FGTS | 199.580 | 195.256 |
| PIS e COFINS | 301.673 | 287.283 |
| IRRF (I) | 1.215.063 | 175.387 |
| Retenção Lei 10.833 | 305.131 | 329.196 |
| Outros | 18.225 | 20.575 |
| Total | <u>2.537.794</u> | <u>3.033.554</u> |

(i) Aumento devido ao IRRF sobre o JSCP, pagos aos quotistas Santos e Amil.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em Reais)

Imposto de renda e contribuição social

A reconciliação do imposto de renda e da contribuição social apurada conforme alíquotas nominais e no resultado do exercício estão apresentadas a seguir:

| | <u>31/12/2023</u> | <u>31/12/2022</u> |
|---|----------------------------|----------------------------|
| Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição | 23.463.438 | 8.420.806 |
| Alíquota fiscal nominal | 34% | 34% |
| Imposto de renda e contribuição social pela | <u>(7.977.569)</u> | <u>(2.863.074)</u> |
| Ajustes para apuração da alíquota efetiva | | |
| Despesas indedutíveis (i) | (193.996) | (70.103) |
| Equivalência Patrimonial | (11.460.779) | (9.852.708) |
| JSCP | 2.380.000 | - |
| Outros ajustes (ii) | (1.781.198) | 147.055 |
| resultado | <u>(19.033.542)</u> | <u>(12.638.831)</u> |
| Alíquota fiscal efetiva | <u>81,12%</u> | <u>150,09%</u> |

- (i) Valores referentes as perdas indedutíveis, multa, brindes e patrocínios;
(ii) Maior parte do saldo se refere a reversão do Imposto Diferido.

16 – Débitos Diversos

| | <u>31/12/2023</u> | <u>31/12/2022</u> |
|--|-------------------------|-------------------------|
| Salários e Rescisões a pagar | 375.242 | 380.937 |
| Férias e encargos sociais a pagar (ii) | 719.202 | 724.016 |
| Outras obrigações com pessoal | 23.297 | 17.411 |
| Fornecedores (i) | 237.148 | 322.554 |
| Parte Relacionada -Amil Assistência Médica Internacional | 3.106 | 2.902 |
| Arrendamentos (iv) | 221.201 | 401.497 |
| Outros Débitos (iii) | 35.048 | 255.817 |
| Total | <u>1.614.242</u> | <u>2.105.133</u> |
| Passivo circulante | 1.614.242 | 1.858.430 |
| Passivo não circulante | - | 246.703 |
| | <u>1.614.242</u> | <u>2.105.133</u> |

Plano de Saúde Ana Costa Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em Reais)

Termos e condições dos passivos financeiros acima referidos:

- (i) Fornecedores não rendem juros e são geralmente liquidados em prazos de 90 dias;
- (ii) Obrigações com pessoal incluem férias que tem prazos médios de até dois anos; trabalhistas, como vínculo empregatício e horas extras;
- (iii) Outros débitos a pagar rendem juros e são geralmente liquidados em prazos de 30 a 120 dias;
- (iv) Vide nota explicativa nº 16.1.

16.1. Arrendamentos

Na adoção inicial do CPC 06 (R2) “Arrendamentos”, em 01 de janeiro de 2022, a Sociedade optou por mensurar os ativos de direito de uso por um valor presente igual ao passivo de arrendamento ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento acumulados que existiam na data de transição. A média ponderada da taxa incremental aplicada para os passivos financeiros do arrendamento é de 13,50%.

Os arrendamentos contratados são apresentados abaixo:

| | <u>31/12/2023</u> | <u>31/12/2022</u> |
|--------------------------------------|-----------------------|-----------------------|
| Saldos no início do exercício | 401.497 | 615.111 |
| Adoção inicial (passivo) | - | 57.750 |
| Adições de novos contratos (passivo) | 135.626 | - |
| Juros | 33.826 | 70.148 |
| Pagamento | (349.749) | (341.512) |
| Saldos no fim do exercício | <u>221.201</u> | <u>401.497</u> |
| Passivo circulante | 221.201 | 328.456 |
| Passivo não circulante | - | 73.041 |
| | <u>221.201</u> | <u>401.497</u> |

Plano de Saúde Ana Costa Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em Reais)

Em 31 de dezembro de 2023, os montantes referentes a arrendamento têm a seguinte composição por ano de vencimento:

| | <u>31/12/2023</u> | <u>31/12/2022</u> |
|--------------|-------------------|-------------------|
| 2023 | - | 328.456 |
| 2024 | 221.201 | 73.041 |
| Total | <u>221.201</u> | <u>401.497</u> |

Em decorrência da pandemia de COVID-19, no contrato de arrendamento em que ocorreu impacto em redução ou suspensão de pagamentos e que em situação normal seriam provocadas modificações contratuais com alterações nos fluxos de caixa e revisão das taxas de desconto tratamos como pagamento variável.

17 – Provisões para Riscos Trabalhistas, Cíveis e Regulatórias

17-A - Ações judiciais com risco de perda provável

A Sociedade constitui provisão para ações judiciais com base na opinião de seus assessores jurídicos. Processos com risco de perda provável são integralmente provisionados. Os valores contabilizados estão demonstrados a seguir:

Essas provisões estão assim demonstradas:

| Contingência - Provável | <u>31/12/2023</u> | <u>31/12/2022</u> |
|-------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Trabalhistas (i) | 198.535 | 171.682 |
| Cíveis (ii) | 4.165.795 | 3.473.849 |
| Regulatórias (ii) | 371.000 | 1.498.455 |
| Provisões para outras contingências | 212.276 | 338.564 |
| Total | <u>4.947.606</u> | <u>5.482.550</u> |

(i) Reclamações trabalhistas, como vínculo empregatício e horas extras;

(ii) Basicamente, questões contratuais, como carência, cancelamentos de contratos, exclusão de cobertura e doenças pré-existentes.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em Reais)

Movimentação da provisão para ações judiciais:

| | Provisões Trabalhistas | Provisões Cíveis | Provisões Regulatórias | Outras Contingências |
|---|-----------------------------------|-----------------------------|-----------------------------------|---------------------------------|
| Contingência - Provável | | | | |
| Saldo no final do exercício 2021 | 187.250 | 2.917.006 | 1.070.934 | - |
| Constituições | 93.182 | 2.200.025 | 725.701 | - |
| Reversões | (108.750) | (1.643.182) | (298.180) | - |
| Saldo no final do exercício 2022 | 171.682 | 3.473.849 | 1.498.455 | 338.564 |
| Constituições | 26.972 | 3.239.673 | 81.516 | - |
| Reversões | (119) | (2.547.726) | (1.208.971) | (126.288) |
| Saldo no final do exercício 2023 | 198.535 | 4.165.795 | 371.000 | 212.276 |

A Sociedade possui depósitos judiciais, quando requeridos, registrados em seu ativo referentes aos processos em andamento, conforme demonstrado na nota explicativa nº 10.B.

17-B - Ações judiciais com risco de perda possível

A Sociedade classifica as contingências com prognósticos de perda possível com base em fatos específicos que a suportem, sempre levando em consideração a existência de jurisprudência pacificada, de documentos que comprovem a correção do procedimento

da Sociedade e que, portanto, não significará provável saída de recurso para pagamento.

A Sociedade não provisiona os valores envolvidos nesses processos, porém os divulga, conforme segue:

| | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|-------------------|-------------------|-------------------|
| Trabalhista (i) | - | 50.001 |
| Cível (ii) | 4.625.739 | 3.134.132 |
| Tributária (iii) | 1.393.856 | 1.258.002 |
| Regulatórias (ii) | 485.000 | 2.079.171 |
| Total | 6.504.595 | 6.521.306 |

- (i) Reclamações trabalhistas, como vínculo empregatício e horas extras;
- (ii) Basicamente, questões contratuais, como carência, cancelamentos de contratos, exclusão de cobertura e doenças pré-existentes, processos regulatórios são as multas administrativas e multas ANS;
- (iii) Processos administrativos e judiciais tributários.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em Reais)

Em decisão unânime por ocasião do julgamento dos recursos extraordinários, em 8 de fevereiro de 2023, o plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) fixou a tese de que uma decisão final, mesmo transitada em julgado nas relações tributárias deixará de possuir eficácia caso: (i) verse sobre tributos recolhidos de forma continuada; e (ii) o próprio STF fixe entendimento posterior em sentido contrário, em sede de repercussão geral. Na prática, caso o contribuinte não recolha determinado tributo por possuir a seu favor decisão definitiva que considere determinado tributo inconstitucional, deverá voltar a recolher tal tributo, respeitada a irretroatividade e anterioridade, após decisão do mesmo STF em sentido contrário.

A Administração da Sociedade avaliou a decisão e não identificou efeitos e possíveis impactos materiais que, conseqüentemente, deveriam ser relatados nas demonstrações contábeis relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

18 – Patrimônio líquido

18.a Capital Social

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, o Capital Social subscrito e integralizado, está representado por 25.106.551 (Vinte e cinco milhões, cento e seis mil, quinhentos e cinquenta e uma), quotas com valor nominal unitário de R\$ 1,00 (Um real) cada uma, representando um capital social de R\$ 25.106.551 (Vinte e cinco milhões, cento e seis mil, quinhentos e cinquenta e um reais) pertencentes a pessoas jurídicas, físicas, brasileiras, residentes e domiciliadas no país.

18.b Reservas de Lucros

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Sociedade constituiu reserva de lucros, de R\$ 4.429.897 do lucro líquido apurado. Em 2022, a Sociedade não constituiu reserva de lucros, pois a ano fechou com prejuízo de R\$ 4.218.025, deste montante foi absorvido pela reserva de lucros.

18.c Dividendos e juros sobre capital próprio - Distribuição de lucros

Em 2023 a Sociedade registrou lucro de R\$ 4.429.897, e houve pagamento de juros sobre capital próprio no valor de R\$ 7.000.000, para as sócias Amil e Santos Administração, conforme a Ata de reunião de sócios realizada em 21/12/2023, foi aprovado a distribuição de JSCP do exercício social corrente pela Sociedade, calculados com base no balanço patrimonial levantado em 30 de novembro de 2023.

Plano de Saúde Ana Costa Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em Reais)

19 – Eventos Indenizáveis Líquidos

Abertura de Eventos Indenizáveis por plano e rede credenciada

| Cobert. Assist.c/Preço Pre-estabelecido | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|--|----------------------|----------------------|
| Plano Individual/Familiar | (103.799.721) | (100.746.253) |
| Pl.Coletivos por Adesao | (10.089.866) | (10.623.613) |
| Pl.Coletivos Empresariais | (138.567.677) | (130.941.311) |
| Sistema Unico de Saude - SUS | (884.202) | (2.125.584) |
| Varição da provisão eventos ocorridos e não avisados | 925.987 | 1.138.869 |
| Total | (252.415.480) | (243.297.892) |

20 – Outras receitas operacionais

| | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|--|-------------------|-------------------|
| Outras receitas operacionais | | |
| Recup. De Créditos Incobráveis | 230.251 | 209.262 |
| Inscrições | 480 | 14.920 |
| Multa recebida por cancelamento de contrato | 127.465 | 291.144 |
| Reversão da Prov. s/ Contrap. Pecuniárias Assist. médica | 2.052.025 | 1.946.448 |
| Reversão da Prov. s/ Contrap. Pecuniárias Assist. odonto | 1.248 | 1.663 |
| Total | 2.411.468 | 2.463.436 |

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em Reais)

21 – Resultado Financeiro Líquido

| | <u>31/12/2023</u> | <u>31/12/2022</u> |
|--|-------------------|-------------------|
| Despesas financeiras | | |
| Despesas por pagto. em atraso - SUS (i) | (17.003) | (305.873) |
| Provisão de Juros - SUS | (409.402) | (420.395) |
| Despesa financeira do Ressarcimento ao Sus | - | (20.031) |
| Juros s/ passivo de arrendamento (v) | (33.826) | (70.147) |
| Despesas bancárias | (14.666) | (19.290) |
| Despesas Impostos s/ trans. Financeiras | (2.431) | (1.645) |
| Despesas financeiras de encargos s/ tributos | (14.216) | (3.896) |
| Subtotal | (491.544) | (841.278) |
| Receitas financeiras | | |
| Receitas de aplicações financeiras | 10.810.283 | 10.728.450 |
| Receitas por recebimento em atraso (ii) | 1.252.464 | 1.174.887 |
| Receitas com atualizações dep. judiciais (iii) | 5.796 | 3.177 |
| Receitas com atualizações cred. fiscais (iii) | 98.490 | 50.421 |
| Descontos obtidos (iv) | 208.974 | 195.051 |
| Receitas Financeiras Diversas/Juros | 483.349 | 170.869 |
| Subtotal | 12.859.357 | 12.322.855 |
| Total líquido | 12.367.813 | 11.481.577 |

(i) Valores de multas e juros sobre os pagamentos das Guia de Recolhimento da União-GRU indeferidas pela ANS;

(ii) Valores de multas e juros sobre os recebimentos em atraso das contraprestações pecuniárias;

(iii) Atualizações monetárias dos depósitos judiciais que foram levantados em função dos encerramentos dos processos judiciais, e atualizações monetárias de créditos fiscais;

(iv) Desconto financeiro sobre os pagamentos das guias de recolhimento referente às multas pecuniárias da ANS e sobre pagamentos há alguns fornecedores de clínicas credenciadas;

(v) Vide nota explicativa nº 16.1.

Plano de Saúde Ana Costa Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em Reais)

22– Outras Despesas Operacionais

| | <u>31/12/2023</u> | <u>31/12/2022</u> |
|---|---------------------------|---------------------------|
| 22-1 Outras despesas operac.com planos de Assist.médico hospitalar | | |
| Despesas com Cobrança | (5.166) | (5.692) |
| Despesas com Serviços Prestados por Terceiros | (292.401) | (292.401) |
| Outras Despesas | (2.262.947) | (2.450.579) |
| Despesas Judiciais de Eventos Médico-Hospitalares | (691.947) | (556.843) |
| Outras Despesas de Operações de Assistência Odontológica | | |
| Despesas com Cobrança | (379.321) | (410.019) |
| Outras Despesas | (2.753) | (1.761) |
| sub-total | <u>(3.634.534)</u> | <u>(3.717.294)</u> |
| 22-2 Provisão para perdas sobre créditos | | |
| Provisão s/Contraprest. Pecuniárias a Receber | (28.467.090) | (26.522.851) |
| (-) Reversão da Prov. Contraprest. Pecuniárias a Receber | 26.133.391 | 24.460.598 |
| sub-total | <u>(2.333.699)</u> | <u>(2.062.253)</u> |
| Total | <u>(5.968.233)</u> | <u>(5.779.546)</u> |

23– Despesas administrativas

| | <u>31/12/2023</u> | <u>31/12/2022</u> |
|--|----------------------------|----------------------------|
| Despesas com pessoal próprio | (8.637.401) | (9.024.762) |
| Despesas com serviços de terceiros | (1.397.757) | (1.123.368) |
| Despesas com localização e funcionamento | (2.261.763) | (2.107.992) |
| Despesas com publicidade e propaganda | (53.802) | (500) |
| Despesas com tributos | (169.985) | (177.897) |
| Reversão (provisão) multas administrativas | 1.127.455 | (520.521) |
| Despesas administrativas diversas | (2.231.312) | (2.152.217) |
| Total | <u>(13.624.564)</u> | <u>(15.107.256)</u> |

Plano de Saúde Ana Costa Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em Reais)

24 – Transações e saldos com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas possuem prazos, preços e demais condições semelhantes àquelas realizadas com terceiros, sendo as principais sumariadas a seguir:

| Descrição | Transação | Categoria | 31/12/2023 | | | |
|--|----------------------|-----------------|---------------|-------------------|----------------|----------------|
| | | | Ativo | | Passivo | |
| | | | Circulante | Não Circulante | Circulante | Não Circulante |
| Hospital Ana Costa S.A. | afac | Coligada direta | - | 29.034.843 | - | - |
| Hospital Ana Costa S.A. | contrap. a receber | | 40.342 | - | - | - |
| Hospital Ana Costa S.A. | provisões eventos | | - | - | 50.081 | - |
| Hospital Alvorada Taguatinga Ltda | provisões eventos | | - | - | 117.760 | - |
| Amil Assistência Médica Internacional S.A. | assistência odontol. | | - | - | 3.106 | - |
| Amico | provisões eventos | | - | - | 252.718 | - |
| TOTAL | | | 40.342 | 29.034.843 | 423.664 | - |

| Descrição | Transação | Categoria | 31/12/2022 | | | |
|--|----------------------|-----------------|---------------|-------------------|------------------|----------------|
| | | | Ativo | | Passivo | |
| | | | Circulante | Não Circulante | Circulante | Não Circulante |
| Hospital Ana Costa S.A. | afac | Coligada direta | - | 29.792.146 | - | - |
| Hospital Ana Costa S.A. | contrap. a receber | | 35.967 | - | - | - |
| Hospital Ana Costa S.A. | provisões eventos | | - | - | 27.935 | - |
| Hospital Alvorada Taguatinga Ltda | provisões eventos | | - | - | 153.189 | - |
| Amil Assistência Médica Internacional S.A. | assistência odontol. | | - | - | 2.902 | - |
| Santa Helena Assistência Médica S.A. | provisões eventos | | - | - | 200 | - |
| Esho Empresa de Serviços Hospitalares S.A. | provisões eventos | | - | - | 781.323 | - |
| Amico | provisões eventos | | - | - | 56.193 | - |
| TOTAL | | | 35.967 | 29.792.146 | 1.021.741 | - |

| Descrição | Transação | Categoria | Receita | | Despesa | |
|--|--------------------------|-----------|-------------------------|------------------|--------------------|--------------------|
| | | | 31/12/2023 | 31/12/2022 | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
| | | | Hospital Ana Costa S.A. | contraprestação | 6.590.957 | 3.662.206 |
| Hospital Ana Costa S.A. | provisões eventos | - | - | 131.757.256 | 120.000.225 | |
| Hospital Alvorada Taguatinga Ltda | provisões eventos | - | - | 509.442 | 155.407 | |
| Amico Saúde Ltda. | provisões eventos | - | - | 811.160 | 1.081.527 | |
| Esho Emp. Serviços Hospitalares S.A. | provisões eventos | - | - | 27.791 | 846.346 | |
| Santa Helena Assistência Médica S.A. | provisões eventos | - | - | 400 | 1.200 | |
| Amil Assistência Médica Internacional S.A. | assistência odontol. | - | - | 19.438 | 14.629 | |
| Optum Solutions do Brasil Tecnologia | assistência psicossocial | - | - | 5.184 | 5.183 | |
| TOTAL | | | 6.590.957 | 3.662.206 | 133.130.671 | 122.104.515 |

Todas as outras empresas fazem parte do mesmo grupo econômico e são controladas pela Amil Assistência Médica Internacional S. A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em Reais)

25 – Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

25.1. Considerações gerais

A Sociedade participa de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. Os riscos associados a estes instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança. Modelos e informações de mercado são utilizados para estimar os montantes de valor justo, que podem divergir se utilizadas hipóteses e metodologias diferentes.

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Sociedade com destaque para disponibilidades, que inclui aplicações financeiras e contas a pagar a fornecedores.

A Sociedade não opera com instrumentos financeiros derivativos com fins especulativos.

25.2. Classificação e valor justo dos instrumentos financeiros

25.2.1 Classificação

A Sociedade efetua avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

Os principais ativos financeiros da Sociedade consistem em caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras que resultam diretamente de suas operações.

Os principais passivos financeiros da Sociedade referem-se a obrigações com fornecedores. O principal propósito das obrigações com fornecedores e outras contas a pagar resultam diretamente das suas operações.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em Reais)

25.2.2 Mensuração do valor justo

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

O valor justo de fornecedores se aproxima de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.

Os valores justos e contábeis dos instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2023 e suas respectivas classificações são os seguintes:

| Ativos financeiros | Classificação por categoria | Hierarquia de valor justo | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|---------------------------|------------------------------------|----------------------------------|-------------------|-------------------|
| Caixa e bancos | Valor justo por meio do resultado | Nível 2 | 26.026 | 177.856 |
| Aplicações financeiras | Valor justo por meio do resultado | Nível 2 | 76.198.782 | 77.988.267 |
| Depósitos Judiciais | Custo amortizado | - | 646.752 | 476.410 |

| Passivos financeiros | Classificação por categoria | Hierarquia de valor justo | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|-----------------------------|------------------------------------|----------------------------------|-------------------|-------------------|
| Débitos diversos | Custo amortizado | - | 1.614.242 | 2.105.133 |

Os valores de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e apresentados acima se aproximam dos seus valores justos.

25.3. Gerenciamento de risco

A Sociedade está exposta a diversos riscos inerentes à natureza de suas operações. Dentre os principais fatores de risco de mercado que podem afetar o negócio da Sociedade, destacam-se:

a) Risco de crédito

O risco de crédito associado à possibilidade do não recebimento de valores faturados aos seus clientes é atenuado pela venda a uma base pulverizada de clientes e pela possibilidade legal de interrupção do atendimento aos beneficiários de planos de saúde após determinado período de inadimplência. A Sociedade também está sujeita a risco de crédito associado às suas aplicações financeiras. Este risco é atenuado a partir da diversificação dos seus ativos e da análise e acompanhamento da qualidade de crédito dos emissores privados, conforme estabelecido por política interna de investimentos.

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em Reais)**

b) Risco de taxa de câmbio

Assim como as demais empresas atuantes no setor de saúde suplementar, a Sociedade também está sujeita aos efeitos da variação cambial sobre os custos dos serviços prestados, tendo em vista que parte dos medicamentos e materiais médico-hospitalares estão vinculados à variação cambial.

c) Risco de taxa de juros

O risco inerente de taxa de juros surge em virtude da possibilidade de existirem flutuações nas taxas de juros vinculadas ao CDI, os quais a Sociedade eventualmente possa estar exposta nos seus investimentos financeiros, empréstimos e/ou financiamentos. Para reduzir a exposição a variações nas taxas de juros do mercado local, a Companhia concentra suas aplicações financeiras indexados à variação do CDI.

d) Risco de liquidez

A Sociedade monitora o risco de insuficiência de recursos, administrando seus recursos financeiros de modo a garantir o cumprimento de suas obrigações no curto e longo prazos. Os índices de liquidez corrente e geral da Sociedade em 31 de dezembro de 2023 eram 2,19 e 2,02, respectivamente.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em Reais)

26 – Outras Informações

26.1 - Quadro Auxiliar de eventos médico-hospitalares – assistência médico-hospitalar do Documento de Informações Periódicas – DIOPS

A distribuição dos saldos do quadro auxiliar de eventos médico-hospitalares – assistência médico-hospitalar do Documento de Informações Periódicas – DIOPS dos exercícios findos de 31 de dezembro de 2023 e de 2022 estão em conformidade com Ofício Circular DIOPE nº 01, de 01 de novembro de 2013, referente aos planos individuais firmados posteriormente à Lei nº 9.656/98, com cobertura médico-hospitalar e modalidade de preço preestabelecido, como segue:

| | Rede Contratada | |
|--------------------|------------------------|-------------------|
| | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
| Consultas médicas | 11.119.794 | 11.705.897 |
| Exames | 12.066.531 | 12.729.526 |
| Terapias | 5.232.948 | 4.899.614 |
| Internações | 43.496.439 | 43.209.684 |
| Outos atendimentos | 13.994.730 | 12.236.266 |
| Demais despesas | 13.955.354 | 11.723.094 |
| Total | 99.865.797 | 96.504.081 |

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em Reais)

26.2 – Quadro com informações sobre Corresponsabilidade Cedida e assumida em 2023 e 2022

| CONTRAPRESTAÇÕES DE CORRESPONSABILIDADE CEDIDA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA-HOSPITALAR | Corresponsabilidade Cedida com preço Prestabelecido | | Corresponsabilidade Cedida com preço Pós-estabelecido | |
|---|--|----------------|--|------|
| | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 |
| 1 - Cobertura Assistencial com Preço Prestabelecido | | | | |
| 1.2 - Planos Individuais /Familiars posterior da lei | 151.111 | 165.053 | - | - |
| 1.3 - Planos Coletivos por Adesão antes da lei | - | - | - | - |
| 1.4 - Planos Coletivos por Adesão depois da lei | 9.937 | 10.046 | - | - |
| 1.5 - Planos Coletivos Empresariais antes da lei | 6.376 | 6.530 | - | - |
| 1.6 - Planos Coletivos Empresariais depois da lei | 108.163 | 120.010 | - | - |
| TOTAL | 275.587 | 301.638 | - | - |

| EVENTOS/SINISTROS CONHECIDOS E AVISADOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICO HOSPITALAR (GRUPO 411X1) | Carteira Própria (beneficiários da Operadora) | | Corresponsabilidade Assumida (beneficiários de outras operadoras) | |
|--|--|--------------------|---|------------|
| | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 |
| 1 - Cobertura Assistencial com Preço Prestabelecido | | | | |
| 1.1 - Planos Individuais /Familiars antes da lei | | | | |
| Despesas com Eventos | 4.211.045 | 5.141.003 | - | - |
| (-) Glosa | (1.505) | (789) | - | - |
| (-) Recuperação por Coparticipação | - | - | - | - |
| Despesas com Eventos/Sinistros - Judicial | - | - | - | - |
| (-) Outras Recuperações | - | - | - | - |
| 1.2 - Planos Individuais /Familiars posterior a | | | | |
| Despesas com Eventos | 87.052.138 | 86.508.526 | - | - |
| (-) Glosa | (97.025) | (53.165) | - | - |
| (-) Recuperação por Coparticipação | (47.219) | (30.965) | - | - |
| Despesas com Eventos - Judicial | 12.682.288 | 10.079.685 | - | - |
| (-) Outras Recuperações | - | - | - | - |
| 1.3 - Planos Coletivos por Adesão antes da lei | | | | |
| Despesas com Eventos | - | (7.348) | - | - |
| (-) Glosa | - | - | - | - |
| (-) Recuperação por Coparticipação | - | - | - | - |
| Despesas com Eventos - Judicial | - | - | - | - |
| (-) Outras Recuperações | - | - | - | - |
| 1.4 - Planos Coletivos por Adesão depois da | | | | |
| Despesas com Eventos/Sinistros | 7.321.524 | 7.927.652 | - | - |
| (-) Glosa | (7.226) | (5.869) | - | - |
| (-) Recuperação por Coparticipação | (6.102) | - | - | - |
| Despesas com Eventos - Judicial | 2.781.670 | 2.739.204 | - | - |
| (-) Outras Recuperações | - | - | - | - |
| 1.5 - Planos Coletivos Empresariais antes da | | | | |
| Despesas com Eventos | 99.217 | 130.802 | - | - |
| (-) Glosa | (5) | - | - | - |
| (-) Recuperação por Coparticipação | - | - | - | - |
| Despesas com Eventos - Judicial | 105.065 | 96.875 | - | - |
| (-) Outras Recuperações | - | - | - | - |
| 1.6 - Planos Coletivos Empresariais depois da | | | | |
| Despesas com Eventos | 132.878.261 | 126.868.047 | - | 110 |
| (-) Glosa | (124.121) | (116.457) | - | - |
| (-) Recuperação por Coparticipação | (1.936.238) | (1.679.716) | - | - |
| Despesas com Eventos - Judicial | 7.545.497 | 6.839.166 | - | - |
| (-) Outras Recuperações | - | - | - | - |
| TOTAL | 252.457.264 | 244.436.650 | - | 110 |

27. Seguros

A Sociedade possui cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos e por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, através da inclusão na apólice de seguro de sua controladora Amil Assistência Médica Internacional S.A. As premissas de riscos adotadas, dada as suas naturezas, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

DIRETORIA EXECUTIVA

EDVALDO SANTIAGO VIEIRA

DIRETOR PRESIDENTE

JOSÉ LUIZ CUNHA CARNEIRO JUNIOR

DIRETOR SEM DESIGNAÇÃO

CONTADORA

**MARCIA RITA NEFERTITE CAPOVILLA MIRANDA
CRC 1SP188938/O-9**